Hypera S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Índice		
1	Informações gerais	3
2	Resumo das principais políticas contábeis	4
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	17
4	Gestão do risco financeiro	18
5	Gestão de capital	24
6	Estimativa do valor justo	25
7	Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)	26
8	Instrumentos financeiros por categoria	29
9	Qualidade do crédito dos ativos financeiros	30
10	Caixa e equivalentes de caixa	31
11	Contas a receber	32
12	Estoques	32
13	Tributos a recuperar	33
14	Outros ativos	33
15	Operações descontinuadas	33
16	Investimentos	34
17	Propriedades para investimentos	35
18	Imobilizado	36
19	Intangível	37
20	Fornecedores	39
21	Cessão de créditos por fornecedores	39
22	Empréstimos, financiamentos e debêntures	40
23	Imposto de renda e contribuição social diferidos	45
24	Tributos a recolher	46
25	Contas a pagar	46
26	Contingências passivas	48
27	Capital social e reservas	52
28	Receita	57
29	Composição das contas de resultado	58
30	Resultado por ação	59
31	Transações com partes relacionadas	60
32	Outros assuntos	62
33	Eventos subsequentes	62

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo-SP, é uma Companhia farmacêutica brasileira que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente, segundo dados do IQVIA, e tem como Missão "dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor".

Principais produtos:

- a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care (Cuidados Básicos), incluindo as 30 maiores do país, segundo dados da Close-Up International, com produtos como Predsim, Celestamine, Maxsulid, Diprospan, Mioflex-A e Addera D3; com Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, ainda segundo informações da Close-Up International;
- b) A Companhia é líder nos mercados de medicamentos isentos de prescrição no Brasil, segundo o IQVIA, com marcas como Apracur, Benegrip, Buscopan, Coristina d, Engov, Epocler, Estomazil, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adoçantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Vitasay 50+, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind há 16 anos no Brasil, segundo o Datafolha;
- c) A Companhia é líder, com a marca Neo Química, nos mercados de Similares e Genéricos em que está presente, segundo dados do IQVIA. A marca chega a 96% dos pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro, ainda segundo informações do IQVIA, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população.

Com longo histórico de crescimento via aquisições, a Companhia concluiu em 31 de agosto de 2020 a aquisição da família de marcas de Buscopan, da Boehringer Ingelheim, anunciada em novembro de 2019, pelo preço de aquisição de R\$1,3 bilhão.

A produção de mercadorias é realizada sobretudo nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Brainfarma") e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Cosmed"), em unidades situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, dermocosméticos e nutricionais estão concentradas em centro de inovação da controlada Brainfarma em Barueri- SP. Em operação desde 2017, as instalações abrigam tecnologias para desenvolvimento de produtos em diversas formas farmacêuticas, nos seis laboratórios que integram o complexo.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados, descontinuados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- i) Demonstração do resultado As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15.

c. Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos".

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Em relação especificamente à hedge *accounting*, a Companhia ainda não adotou a nova regra do IFRS 9. Como faculta a norma, decidiu não adotar a prática contábil de hedge *accounting* para as operações em aberto em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para

31 de dezembro de 2020

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que é avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 19/IFRS 11.

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação — data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos.

2.6.1 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Hedges de valor justo

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do exercício no resultado financeiro.

Hedges de fluxos de Caixa

Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no resultado abrangente dentro do Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques.

2.10. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado.

Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com média estimável, conforme abaixo:

	Anos
Direito de uso de marcas e licenças	4,9
Licenças de funcionamento	2,5

c. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil, cuja média estimada é de 14,1 anos.

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar

os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	23,5
Máquinas e equipamentos	16,3
Veículos	8,6
Móveis e utensílios	18,8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC) – na prática, existe uma única UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13. Ativos e passivos mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que

nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado, na conta de operações descontinuadas.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.14. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é mensurada pelo método do custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme média abaixo:

	Anos
Edificações	50,0
Máquinas e equipamentos	30,5
Outros	5,8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Embora, para Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na

demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanco.

2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação de valores ou prazos incertos. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas. (Nota 25)

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar

a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do

passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

b. Demais tributos a recuperar

São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais.

2.20. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados e diretoria é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.22. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar.

A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar.

Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica "deduções de vendas", sendo o crédito efetuado mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS.

Estes benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, são destinados para a Reserva de subvenção governamental.

A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir.

2.23. Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o

controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

2.24. Arrendamentos

No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo, a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	4,1
Veículos	3.0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

2.25. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Resultado por ação).

O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

2.26. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.

2.27. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo.

a. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 28), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 18 e 19).

b. Vida útil de marcas e ativos imobilizados

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente por especialistas da Companhia. No exercício, não houve alterações relevantes na vida útil dos bens, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 18).

c. Reconhecimento, mensuração e realização de créditos tributários

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia tem tributos a recuperar e ganho decorrentes de ação transitada em julgado, autorizando a recuperação do PIS e da COFINS incidente sobre o ICMS incluindo nas notas de faturamento.

O valor dos créditos tributários, calculados segundo a sentença que indicou que o crédito é o valor das notas fiscais, leva em consideração diversas estimativas envolvendo o período abrangido pela ação judicial, aspectos para adequada e confiável mensuração e as alternativas disponíveis para a sua realização. Em relação ao assunto ainda, o Supremo Tribunal Federal julgará Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face de decisões favoráveis aos contribuintes, e poderá indicar a forma de apuração do valor a ser redistribuído (se pelo bruto ou pelo líquido) e a eventual modulação dos efeitos da decisão da inconstitucionalidade julgada. Não obstante, essa decisão do STF seria um evento novo do exercício de 2021, não caracterizando o crédito como ativo contingente.

d. Contingências passivas

A nota 26 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4 Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbe negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado.

Conforme divulgado na nota explicativa Nota 1, a Companhia possui compromisso a pagar pela aquisição de um portfólio selecionado de marcas da Takeda pelo preço de USD 825 milhões, menos parcela de venda de parte dessa aquisição no valor de USD 161 milhões, com valor líquido de cerca de R\$ 3,45 bilhões, considerando a cotação do dólar no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

						Controladora
			2020			2019
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil
Passivo		_				
Fornecedores	-	-	-	44	-	177
Cessão de crédito por fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	21.209	135.412	-	20.964	94.487
Instrumentos derivativos que						
mitigam riscos	(628.000)	(20.090)	(3.390.166)	-	(20.090)	(90.549)
Contas a pagar	1		4	4	-	10
Exposição líquida	(627.999)	1.119	(3.254.750)	48	874	4.125

						Consolidado
	2020					
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil
Passivo						
Fornecedores	3.461	-	17.979	20.206	-	81.326
Cessão de crédito por fornecedores	53.851	-	279.708	30.615	-	123.223
Empréstimos e financiamentos	-	21.209	135.412	-	20.964	94.487
Instrumentos derivativos que						
mitigam riscos	(836.925)	(20.090)	(4.475.341)	(62.912)	(20.090)	(343.765)
Contas a pagar	466	1.057	9.167	158	292	1.989
Exposição líquida	(779.147)	2.176	(4.033.075)	(11.933)	1.166	(42.740)

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

		2020
	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	1.022.496	1.022.496
Financiamento TJLP	278.647	278.647
Financiamento TR	39.668	127.179
Debêntures CDI	4.015.883	4.015.883
Títulos a pagar CDI	4.480	4.480
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(4.619.728)	(4.715.097)
Exposição líquida	741.446	733.588

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

Caso clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitoramento internos e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para grandes redes varejistas e distribuidores pulverizados no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11.

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

Controladora

					2020
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	154.073	262.843	4.363.371	433.490	5.213.777
Empréstimos e financiamentos	325.085	443.728	770.798	75.995	1.615.606
Títulos a pagar	23.980	-	-	-	23.980
Fornecedores	588.626	-	-	-	588.626
Cessão de créditos por fornecedores	5.013	-	-	-	5.013
Contas a pagar	169.943	66.116	-	-	236.059
Instrumentos financeiros derivativos	68.736	-	-	-	68.736
	1.335.456	772.687	5.134.169	509.485	7.751.797

					2019
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	46.515	56.375	662.246	340.585	1.105.721
Empréstimos e financiamentos	38.714	150.084	169.064	61.787	419.649
Títulos a pagar	7.802	-	-	-	7.802
Fornecedores	344.357	-	-	-	344.357
Cessão de créditos por fornecedores	291	-	-	-	291
Contas a pagar	88.310	19.836	-	-	108.146
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.179)	-	-	(4.179)
	525.989	222.116	831.310	402.372	1.981.787

Consolidado

					2020
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	154.073	262.843	4.363.371	433.490	5.213.777
Empréstimos e financiamentos	352.514	470.412	828.427	93.521	1.744.874
Títulos a pagar	23.980	-	-	-	23.980
Fornecedores	278.275	-	-	-	278.275
Cessão de créditos por fornecedores	491.802	-	-	-	491.802
Contas a pagar	273.353	69.180	-	-	342.533
Instrumentos financeiros derivativos	108.474	-	-	-	108.474
	1.682.471	802.435	5.191.798	527.011	8.203.715
					2019
	Menos de um	Entre um e	Entre dois e	Acima de	
	ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total geral
Debêntures	46.515	56.375	662.246	340.585	1.105.721
Empréstimos e financiamentos	87.126	177.513	235.841	96.850	597.330

Debentures	46.515	56.375	662.246	340.585	1.105.721
Empréstimos e financiamentos	87.126	177.513	235.841	96.850	597.330
Títulos a pagar	7.802	-	-	-	7.802
Fornecedores	333.829	-	-	-	333.829
Cessão de créditos por fornecedores	124.019	-	-	-	124.019
Contas a pagar	135.710	29.841	-	-	165.551
Instrumentos financeiros derivativos	2.522	(4.179)	-	-	(1.657)
_	737.523	259.550	898.087	437.435	2.332.595

f. Derivativos

No ano de 2020 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (h) a seguir).

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 4.475.341 (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 343.765) no

consolidado e R\$ 3.390.166 (Em 31 de dezembro de 2019 — R\$ 90.549) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$ 92.269 (Em 31 de dezembro de 2019 perdas de R\$ 9.988) no consolidado e perdas no valor de R\$ 69.786 (Em 31 de dezembro de 2019 perdas de R\$ 7.577) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

(٦,	m	tr	പ	9	A	A	ra
•					7			12

Tipo	Contrapartes	Valor d	le Referência (nocional)	a receb	Valor Justo er (a pagar)	Ga	nhos (perdas) realizados
(em R\$ milhares)		dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19
Moeda Estrangeira					_		
Contratos a termo	PND Daribas Pradasaa PTC	3.261.895	-	(99.464)	-	(16.346)	-
Posição comprada	BNP Paribas, Bradesco, BTG, Itaú, BofA, Safra, Santander,	6 522 700		(51.100)		44.960	
Posição vendida	Votorantim Bradesco, BTG, Itaú, BofA, Santander, Votorantim	6.523.790 (3.261.895)	- -	(51.199) (48.265)	-	(61.306)	-
Contratos de Swap		128.271	90.549	29.678	(7.577)	-	-
Posição comprada Subtotal	Itaú	128.271 3.390.166	90.549 90.549	29.678 (69.786)	(7.577) (7.577)	(16.346)	<u>-</u> -
<u>Taxa de Juros</u> <u>Contratos de Swap</u> Posição Ativa-Pré <u>Total</u>	Santander	3.390.166	90.549	(69.786)	(7.577)	23.395 23.395 7.049	- - -
Consolidado Tipo	Contrapartes	Valor	de Referência (nocional)	a receb	Valor Justo er (a pagar)	Ganl	nos (perdas) realizados
(em R\$ milhares)		dez/20	dez/19	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19
Moeda Estrangeira Contratos a termo Posição comprada	BNP Paribas, Bradesco, BTG, Itaú, BofA, Safra,	4.347.070	253.216	(121.947)	(2.411)	69.893	12.435
rosição compiada	Santander, Votorantim	7.724.035	261.889	(73.054)	(2.513)	134.750	12.409
Posição vendida	Bradesco, BTG, Itaú, BofA, Santander, Votorantim	(3.376.965)	(8.673)	(48.893)	102	(64.857)	26
Contratos de Swap Posição comprada	Itaú	128.271 128.271	90.549 90.549	29.678 29.678	(7.577) (7.577)	-	-
Subtotal	nau	4.475.341	343.765	(92.269)	(9.988)	69.893	12.435
Taxa de Juros Contratos de Swap Posição Ativa-Pré Total	Santander	4.475.341	343.765	(92.269)	(9.988)	23.395 23.395 93.288	12.435

Controladora

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.
- (ii) Swaps são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&FBOVESPA.

h. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 12% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco	Cenário I			Cenário II	Cenário III		
(em R\$ milhares)			2	5% de oscilação	50	0% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	
Cotação do dólar	3,783	6,605	3,896	6,493	2,597	7,791	
Moeda Estrangeira							
Hedge econômico	(920.193)	920.193	(846.859)	846.859	(1.693.718)	1.693.718	
Contratos a termo	(885.348)	885.348	(814.791)	814.791	(1.629.582)	1.629.582	
Swap	(34.845)	34.845	(32.068)	32.068	(64.136)	64.136	
Objeto do hedge econômico	920.934	(920.934)	847.541	(847.541)	1.695.083	(1.695.083)	
Empréstimos e Financiamentos e							
Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	920.934	(920.934)	847.541	(847.541)	1.695.083	(1.695.083)	
Efeito líquido	741	(741)	682	(682)	1.365	(1.365)	
						Consolidado	
Risco		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
Risco (em R\$ milhares)		Cenário I	2:	Cenário II 5% de oscilação	50	Cenário III 0% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	5% de oscilação Depreciação	Apreciação	0% de oscilação Depreciação	
	Apreciação 3,783			5% de oscilação			
(em R\$ milhares) Cotação do dólar		Depreciação	Apreciação	5% de oscilação Depreciação	Apreciação	0% de oscilação Depreciação	
(em R\$ milhares) Cotação do dólar Moeda Estrangeira		Depreciação	Apreciação	5% de oscilação Depreciação	Apreciação	0% de oscilação Depreciação 7,791 2.242.864	
(em R\$ milhares) Cotação do dólar Moeda Estrangeira Hedge econômico Contratos a termo	3,783 (1.218.543) (1.183.698)	Depreciação 6,605 1.218.543 1.183.698	3,896 (1.121.432) (1.089.364)	Depreciação 6,493 1.121.432 1.089.364	2,597 (2.242.864) (2.178.728)	Depreciação 7,791 2.242.864 2.178.728	
(em R\$ milhares)	3,783	Depreciação 6,605	Apreciação 3,896 (1.121.432)	Depreciação 6,493 1.121.432	Apreciação 2,597 (2.242.864)	0% de oscilação Depreciação	
(em R\$ milhares) Cotação do dólar Moeda Estrangeira Hedge econômico Contratos a termo Swap	3,783 (1.218.543) (1.183.698)	Depreciação 6,605 1.218.543 1.183.698	3,896 (1.121.432) (1.089.364)	Depreciação 6,493 1.121.432 1.089.364	2,597 (2.242.864) (2.178.728)	Depreciação 7,791 2.242.864 2.178.728 64.136	
(em R\$ milhares) Cotação do dólar Moeda Estrangeira Hedge econômico Contratos a termo Swap Objeto do hedge econômico Empréstimos e Financiamentos e	3,783 (1.218.543) (1.183.698) (34.845)	Depreciação 6,605 1.218.543 1.183.698 34.845	Apreciação 3,896 (1.121.432) (1.089.364) (32.068)	Depreciação 6,493 1.121.432 1.089.364 32.068	2,597 (2.242.864) (2.178.728) (64.136)	Depreciação 7,791 2.242.864 2.178.728 64.136	
(em R\$ milhares) Cotação do dólar Moeda Estrangeira Hedge econômico Contratos a termo	3,783 (1.218.543) (1.183.698) (34.845)	Depreciação 6,605 1.218.543 1.183.698 34.845	Apreciação 3,896 (1.121.432) (1.089.364) (32.068)	Depreciação 6,493 1.121.432 1.089.364 32.068	2,597 (2.242.864) (2.178.728) (64.136)	Depreciação 7,791 2.242.864 2.178.728	

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2021.

Controladora

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	602	4.857	9.714
Financiamentos TJLP	(426)	3.170	6.339
Debênture CDI	2.365	19.075	38.151
Empréstimo TR	4	-	-
Títulos a pagar CDI	3	21	43
Aplicações financeiras	(2.720)	(21.944)	(43.887)
Total do efeito perda (ganho)	(172)	5.179	10.360

Consolidado

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	602	4.857	9.714
Financiamentos TJLP	(426)	3.170	6.339
Debênture CDI	2.365	19.075	38.151
Empréstimo TR	12	-	-
Títulos a pagar CDI	3	21	43
Aplicações financeiras	(2.776)	(22.397)	(44.793)
Total do efeito perda (ganho)	(220)	4.726	9.454

* Premissas cenário provável

CDI previsto 1,96% a.a.

TR previsto de 0,01% a.a.

TJLP prevista de 4,39% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures				
(Nota 22)	5.403.470	1.282.052	5.513.049	1.402.605
Total de títulos a pagar	23.980	7.802	23.980	7.802
Perda (ganho) com hedge financeiro	(29.678)	7.577	(29.678)	7.577
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(4.646.159)	(2.117.668)	(4.743.298)	(2.246.436)
Dívida (Caixa e equivalente de caixa) líquida	751.613	(820.237)	764.053	(828.452)
Total do patrimônio líquido	9.240.715	8.710.100	9.240.715	8.710.100
Patrimônio líquido ajustado	9.992.328	7.889.863	10.004.768	7.881.648
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (*)	8,1%	N.A.	8,2%	N.A.

^(*) Não aplicável em 2019, pois o montante de caixa e equivalentes de caixa é superior a dívida líquida demonstrada acima.

6 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a perda (*impairment*) e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 (b)).

A Companhia aplica o CPC 40(R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os instrumentos derivativos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como os valores demonstrados a valor justo.

			Controladora
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	79.427	79.427
Total do ativo		79.427	79.427
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	149.213	149.213
Total do passivo		149.213	149.213
•			

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	85.674	85.674
Total do ativo		85.674	85.674
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	-	177.943	177.943
Total do passivo	-	177.943	177.943

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

			Controladora
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	<u> </u>	<u> </u>	
Total do ativo		<u> </u>	
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	<u>-</u>	7.577	7.577
Total do passivo		7.577	7.577
			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	<u></u>	1.409	1.409
Total do ativo		1.409	1.409
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	<u></u>	11.397	11.397
Total do passivo		11.397	11.397

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*; A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração.

Controladora

Hedges de valor justo

Atualmente a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread EUR + Spread	Valor justo	128.271	135.412	(248)
Swap – 4131*	vs. % CDI	Valor justo	128.271	29.678	

					Controladora
					2019
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread	Valor justo	90.549	94.487	(151)
Swap – 4131*	EUR + Spread vs. % CDI	Valor justo	90.549	(7.577)	-
* Vencimento em A	Ago/21.				

					Consolidado
					2020
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread	Valor justo	128.271	135.412	(248)
Swap – 4131*	EUR + Spread vs. % CDI	Valor justo	128.271	29.678	

-					Consolidado
					2019
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado
Empréstimo – 4131*	EUR + spread	Valor justo	90.549	94.487	(151)
Swap – 4131* * Vencimento em A	EUR + Spread vs. % CDI	Valor justo	90.549	(7.577)	-

A operação de Hedge de fluxos de valor justo vigente manteve a Razão de Hedge 1:1 com taxa média ponderada de BRL/EUR 4,7287.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os objetos de hedge anteriormente reconhecidos pelo valor justo voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Ganhos/perdas relacionados a parcela efetiva do hedge são reconhecidos no Patrimônio líquido/Outros resultados abrangentes.

Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Concolidado

					Controladora
					2020
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
Fornecedores	USD	Fluxo de Caixa	-	-	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	-	-	-
NDF Aquisição (II)	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	3.261.895	(99.460)	(99.460)

(II) A operação NDF Aquisição, no montante de R\$3.261.895, refere-se a instrumentos financeiros que visam uma proteção da aquisição da Takeda. O fechamento desta aquisição depende do cumprimento de certas condições, incluindo aprovação por órgãos reguladores

					Controladora
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	2019 Ganho no resultado abrangente
Fornecedores	USD	Fluxo de Caixa	-	-	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	-	-	-
					Consolidado
					2020
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho no resultado abrangente
	_		200.002	(200,002)	
rnecedores	USD	Fluxo de Caixa	288.802	(288.802)	-
OF Fornecedores (I)	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	288.802	(10.596)	63
OF Compras (I)	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	574.722	(10.060)	(6.075)
OF Aquisição (II)	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	73.226	(99.460)	(76.432)
OF Capex (I)	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	209.166	714	714

⁽I) Vencimentos em até 1 ano.

⁽II) A operação NDF Aquisição, no montante de R\$3.261.895, refere-se a instrumentos financeiros que visam uma proteção da aquisição da Takeda. O fechamento desta aquisição depende do cumprimento de certas condições, incluindo aprovação por órgãos reguladores

					Consonuado
Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	2019 Ganho no resultado abrangente
Fornecedores NDF	USD	Fluxo de caixa	169.188	(169.188)	-
Fornecedores*	USD vs BRL	Fluxo de caixa	169.188	(1.981)	(26)
NDF Compras* * Vencimentos em at	USD vs BRL té 1 ano.	Fluxo de caixa	76.473	(97)	(450)

As operações de *Hedges* de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de *Hedge* 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,4208 e BRL/EUR 5,9663 para NDFs de Fornecedores; BRL/USD 5,3366 para NDFs de Compras Futuras; BRL/USD 5,3559 para NDFs de Aquisição e BRL/EUR 6,1510 para NDFs de Capex. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro – Risco de Liquidez (Nota 4(e)).

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria

Controladora

						2020
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.564.207	-	-	-	-	1.564.207
Aplicações financeiras (Nota 10)	4.619.728	-	-	-	-	4.619.728
Caixa e bancos (Nota 10)	26.431	-	-	-	-	26.431
Instrumentos financeiros derivativos	-	49.753	29.674	-	-	79.427
Outros ativos (Nota 14)	358.092	-	-	-	-	358.092
	6.568.458	49.753	29.674			6.647.885

						2020
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	_	5.403.471	_	-	5.403.471
Fornecedores (Nota 20)	-	-	588.626	-	-	588.626
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	5.013	-	-	5.013
Contas a pagar	-	-	242.641	-	-	242.641
Títulos a pagar	-	-	23.980	-	-	23.980
Instrumentos financeiros derivativos	149.213	-	-	-	-	149.213
	149.213		6.263.731			6.412.944

						2019
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço						
patrimonial	1 212 7 67					1 212 767
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.313.767	-	-	-	-	1.313.767
Aplicações financeiras (Nota 10)	2.106.872	-	-	-	-	2.106.872
Caixa e bancos (Nota 10)	10.796	-	-	-	-	10.796
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Outros ativos (Nota 14)	193.471					193.471
	3.624.906					3.624.906

						2019
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço						
patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	1.282.052	-	-	1.282.052
Fornecedores (Nota 20)	-	-	344.357	-	-	344.357
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	291	-	-	291
Contas a pagar	-	-	87.658	-	-	87.658
Títulos a pagar	-	-	7.802	-	-	7.802
Instrumentos financeiros derivativos		7.577				7.577
	-	7.577	1.722.160			1.729.737

Consolidado

						2020
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.564.341	-	-	-	-	1.564.341
Aplicações financeiras (Nota 10)	4.715.097	-	-	-	-	4.715.097
Caixa e bancos (Nota 10)	28.201	-	-	-	-	28.201
Instrumentos financeiros derivativos	-	55.595	27.921	-	2.158	85.674
Outros ativos (Nota 14)	410.608	-	-	-	-	410.608
	6.718.247	55.595	27.921		2.158	6.803.921

						2020
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial		_				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	5.513.049	-	-	5.513.049
Fornecedores (Nota 20)	-	-	275.539	-	-	275.539
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	440.256	-	-	440.256
Contas a pagar	-	-	327.533	-	-	327.533
Títulos a pagar	-	-	23.980	-	-	23.980
Instrumentos financeiros derivativos	165.189				12.754	177.943
	165.189	-	6.580.357		12.754	6.758.300

						2019
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Contas a receber de clientes (Nota 11)	1.313.671	-	-	-	-	1.313.671
Aplicações financeiras (Nota 10)	2.233.113	-	-	-	-	2.233.113
Caixa e bancos (Nota 10)	13.323	-	-	-	-	13.323
Instrumentos financeiros derivativos	-	(97)	325	-	1.181	1.409
Outros ativos (Nota 14)	233.582	-	-	-	-	233.582
	3.793.689	(97)	325		1.181	3.795.098

						2019
	Valor justo por outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Designados por hedge de valor justo	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	-	-	1.402.605	-	-	1.402.605
Fornecedores (Nota 20)	-	-	333.829	-	-	333.829
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	-	124.019	-	-	124.019
Contas a pagar	-	-	134.194	-	-	134.194
Títulos a pagar	-	-	7.802	-	-	7.802
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.235	-	-	3.162	11.397
	-	8.235	2.002.449	-	3.162	2.013.846

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa) pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Conta corrente e aplicações financeiras (*)				
AAA	4.560.946	2.117.663	4.658.084	2.246.430
AA+	85.208	-	85.208	-
A-	3	4	3	4
	4.646.157	2.117.667	4.743.295	2.246.434

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	C	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros derivativos				
AAA	71.384	-	79.997	1.316
AA+	8.043	-	9.183	-
A-	-	-	494	93
	79.427		89.104	1.409

^(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local, quando disponível, caso contrário em escala global.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou impaired.

A nota 4 (d) descreve os riscos de crédito desses ativos financeiros.

10 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	26.431	10.796	28.201	13.323
Aplicações financeiras: Operações compromissadas CDBs	16.072 4.603.656	310.230 1.796.642	19.337 4.695.760	363.372 1.869.741
	4.619.728	2.106.872	4.715.097	2.233.113
	4.646.159	2.117.668	4.743.298	2.246.436

As aplicações financeiras têm rendimento entre 96,5% e 105,1% (em 31 de dezembro de 2019 entre 97,0% e 100,6%) da variação do CDI, com média ponderada de 102,4% (em 31 de dezembro de 2019-99,4%).

11 Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Clientes no país	1.610.172	1.375.127	1.613.165	1.377.891	
Perda de crédito esperada	(45.965)	(61.360)	(48.824)	(64.220)	
	1.564.207	1.313.767	1.564.341	1.313.671	

Os valores de contas a receber que encontram-se vencidos, mas não *impaired*, referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Até três meses	3.531	14.993	3.540	14.882
De três a seis meses	5.551	4.468	5.551	4.468
Acima de seis meses	3.771	3.027	3.771	3.028
	12.853	22.488	12.862	22.378

A constituição e a baixa da provisão para perdas de créditos esperadas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém determinados títulos oferecidos como garantia, conforme descrito na Nota 22 (a).

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2019	(61.360)	(64.220)
(Adições)/Reversões, líquidas	887	824
Baixas	14.508	14.572
Saldos em 31/12/2020	(45.965)	(48.824)

12 Estoques

	<u>Controladora</u>			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Produto acabado e revenda	289.536	144.916	333.613	181.361
Produto semiacabado	-	-	58.201	31.094
Matéria-prima	-	-	524.583	451.944
Manutenção e suprimentos	139	112	93.974	70.717
Provisão de perdas	(29.811)	(36.141)	(89.575)	(70.473)
	259.864	108.887	920.796	664.643

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	(36.141)	(70.473)
Adições do exercício (a)	(77.392)	(134.224)
Baixas do exercício (b)	83.722	115.122
Saldo em 31/12/2020	(29.811)	(89.575)

⁽a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

13 Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
PIS/COFINS/IPI e outros	673.105	761.110	757.810	788.525
ICMS	83.644	79.355	151.595	141.221
IRPJ e CSLL a recuperar	25.061	18.222	45.107	33.263
	781.810	858.687	954.512	963.009
Circulante	151.684	236.278	274.017	300.826
Não circulante	630.126	622.409	680.495	662.183

14 Outros ativos

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Despesas antecipadas (a)	176.716	141.039	197.821	152.198
Títulos a receber (b)	239.431	70.817	258.120	82.808
Depósitos judiciais (c)	115.583	121.932	152.488	150.774
Adiantamentos	15.760	21.479	33.856	36.917
Partes relacionadas (Nota 31)	3.078	722	-	-
Outros	4.063	5.133	6.869	5.263
	554.631	361.122	649.154	427.960
Circulante	261.343	176.852	306.823	206.966
Não circulante	293.288	184.270	342.331	220.994

⁽a) Referem-se substancialmente aos pagamentos antecipados de Propaganda e Publicidade.

15 Operações descontinuadas

Referem-se a alienações ou descontinuação de negócios ocorridos em exercícios anteriores, com saldos e, substancialmente despesas para o correspondente encerramento de discussões.

⁽b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

⁽b) Referem-se substancialmente a indenização de acionista (Nota 32) e a montantes pagos de responsabilidades de ex-proprietários de negócios adquiridos (Nota 26), a serem reembolsados.

⁽c) Referem-se substancialmente aos depósitos de garantia de contingências possíveis e remotas (Nota 26).

a) Análise do resultado das operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Receitas líquidas de vendas	_	-	-		
Custos dos produtos vendidos				_	
Lucro bruto					
(Despesas)/receitas	(36.326)	(37.594)	(37.489)	(37.480)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras Despesas financeiras	(36.326)	(37.594)	(37.489)	(37.480)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.326)	(37.594)	(37.489)	(37.480)	
Imposto de renda e contribuição social	9.813	12.649	10.975	12.535	
Resultado líquido do exercício	(26.513)	(24.945)	(26.513)	(24.945)	

b) Análise Fluxo de caixa utilizados em operações Descontinuadas

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	(27.124)	_	(27.786)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(28.693)	1.354	(23.807)	6.706
Caixa líquido utilizados em operações descontinuadas	(28.693)	(25.770)	(23.807)	(21.080)

16 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

					Participações	
		Data da			nas	Tipo de
	Empresa	Constituição	País	Negócio	ações/quotas	participações
Co	osmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/12/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	Direta
M	y Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Bı	rainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	85,20%	Direta
Bı	rainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	14,80%	Indireta
Bi	ionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
No	eolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	Indireta
M	antecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Farma	100%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis		
	Custo	Custo	Custo	Custo	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	948.126	537.013	8.886	11.562	369	1.505.956
Aumento de capital	221.100	31.100		_		252.200
Equivalência patrimonial	(44.134)	23.771	814	9.639	-	(9.910)
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	1.217	(3.421)	-	-	-	(2.204)
Stock Option	(721)	1.638	26	-	-	943
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.239)	570	(2)	-	-	(671)
Dividendos a receber	=	(4.665)	-	(2.260)	-	(6.925)
Outras participações	-	-	-	-	(187)	(187)
Operações de arrendamentos mercantis	(713)	(222)	(4)	-	-	(939)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.123.636	585.784	9.720	18.941	182	1.738.263
Aumento de capital	449.961	32.550				482.511
Equivalência patrimonial	17.765	52.550 58.170	1.136	16.833	-	93.904
			1.130	10.833	-	
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(17.766)	14.963	- (45)	-	-	(2.803)
Stock Option/Matching/Restricted	4.246	(168)	(45)	-	-	4.033
Ajuste de avaliação patrimonial	5.022	(1.056)	-	-	-	3.966
Dividendos a receber		(8.947)	<u> </u>	(1.838)		(10.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.582.864	681.296	10.811	33.936	182	2.309.089

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2020	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	2.847.157	985.056	1.804.011	18.545	17.765
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	910.912	221.112	439.093	57.800	58.170
My Agência de Propaganda Ltda.	12.006	917	4.560	980	1.136
2019	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	2.047.673	652.445	1.308.081	(67.118)	(44.134)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	789.764	190.147	332.741	21.073	23.771
My Agência de Propaganda Ltda.	11.680	1.526	4.560	647	814

^(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício, ajustado pelas operações entre a investidora e suas investidas.

b. Equivalência patrimonial da Controladora

	Quantidade de ações e quotas	Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2020	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2019
Cosmed Indústria de Cosméticos e							
Medicamentos S.A.	1.721.967.529	681.296	100%	58.170	681.296	23.771	585.784
My Agência de Propaganda Ltda.	20.130.000	10.811	100%	1.136	10.811	814	9.720
Brainfarma Indústria Química e	(27.165.622	1.582.864	1000/	17.765	1.582.864	(44.124)	1 122 626
Farmacêutica S.A.	627.165.622		100%	17.765		(44.134)	1.123.636
Bionovis S.A.	6.000.000	135.745	25%	16.833	33.936	9.639	18.941
				93,904	2.308.907	(9.910)	1.738.081

17 Propriedades para investimentos

Refere-se substancialmente a um imóvel utilizado como centro de distribuição locado a terceiros e um imóvel utilizado pela Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (fábrica de adoçantes). Conforme laudo técnico realizado por empresa independente, o valor justo total dos imóveis em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 273.066.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2019	162.170	154.263
Adições	8	8
Baixa	(26)	(26)
Depreciação	(4.197)	(4.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	157.955	150.240
Custo total	184.021	174.415
Depreciação acumulada	(26.066)	(24.175)
Valor contábil	157.955	150.240
Saldos em 1º de janeiro de 2020	157.955	150.240
Transferência	21.798	21.798
Baixa	(14.612)	(13.855)
Depreciação	(4.046)	(3.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.095	154.318
Custo total	196.622	187.773
Depreciação acumulada	(35.527)	(33.455)
Valor contábil	161.095	154.318

18 Imobilizado Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento	Imobiliza do total
Ativos próprios									
Saldos em 1º de janeiro de 2019	7.091	22.702	33.978	180	9.625	9.471	83.047	1.876	84.923
Adições Baixa Depreciação Transferência Saldos em 31 de dezembro de	- - - -	262 (199) 225	4.649 (55) (5.376) 5.520	(42) 2	(712) (387)	(1.082) 1.137	5.793 (55) (7.411) 6.497	10.166	15.959 (55) (7.411)
2019	7.091	22.990	38.716	140	9.388	9.546	87.871	5.545	93.416
Adições Baixa Depreciação Transferido para Propriedade	- - -	661 (1.118)	9.004 (427) (5.710)	(27)	2.474 (391) (670)	143 (7.839) (859)	12.282 (8.657) (8.384)	5.877	18.159 (8.657) (8.384)
para Investimento Transferência Saldos em 31 de dezembro de	<u>-</u>	(19.105) 105	(3.052) 3.743		12	359	(21.798) 3.860	(3.860)	(21.798)
Ativos de direito de uso - arrendamentos Saldos em 1º de janeiro de	7.091	3.533	42.274	113	10.813	1.350	65.174	7.562	72.736
2020 Adições Baixa Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2020	- - - -	17.670 18.673 - (8.214) 28.129		17.981 34.937 (2.685) (20.562)	- - - -	- - - -	35.651 53.610 (2.685) (28.776) 57.800		35.651 53.610 (2.685) (28.776) 57.800
Total dos Custos de Ativos próprios e Ativos de direito de uso - arrendamentos Total das Depreciações acumuladas	7.091	87.400 (55.739)	91.000 (48.727)	93.494 (63.709)	16.555 (5.742)	10.583	306.123 (183.149)	7.562	313.685
Valor contábil	7.091	31.661	42.273	29.785	10.813	1.351	122.974	7.562	130.536

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento (*)	Imobilizado total
Ativos próprios									
Saldos em 1º de janeiro de 2019	20.849	285.846	564.525	286	23.477	18.218	913.201	50.705	963.906
Adições	-	263	73.377	18	2.122	1.788	77.568	144.427	221.995
Baixa	-	(84)	(684)	-	-	(1)	(769)	(6)	(775)
Depreciação	-	(9.925)	(41.579)	(68)	(1.930)	(3.463)	(56.965)	-	(56.965)
Transferência		1.148	73.395	5	(1.120)	1.699	75.127	(75.127)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.849	277.248	669.034	241	22.549	18.241	1.008.162	119.999	1.128.161
Adições	-	671	210.700	719	4.093	2.112	218.295	242.383	460.678
Baixa	-	(12.321)	(5.723)	-	(500)	(7.811)	(26.355)	(233)	(26.588)
Depreciação	-	(11.016)	(45.943)	(106)	(1.725)	(2.990)	(61.780)	-	(61.780)
Transferido para Propriedade para		(19.105)	(3.052)			359	(21.700)		(21.700)
Investimento Transferência	-	3.372	106.252	-	204	568	(21.798) 110.396	(110.396)	(21.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.849	238.849	931.268	854	24.621	10.479	1.226.920	251.753	1.478.673
Saidos em 31 de dezembro de 2020	20.049	236.649	931.208	854	24.021	10.479	1.220.920	231.733	1.478.073
Ativos de direito de uso - arrendamentos									
Saldos em 1º de janeiro de 2020		20.678		19.107			39.785		39.785
Adições	-	21.238	-	38.427		-	59.665		59.665
Baixa	-	-	-	(3.622)	-	-	(3.622)	-	(3.622)
Amortização	-	(6.236)	-	(21.856)		-	(28.092)		(28.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		35.680		32.056	<u>-</u>		67.736		67.736
Total dos Custos de Ativos próprios e Ativos de direito de uso -									
arrendamentos	20.849	405.956	1.401.411	103.263	48.360	45.541	2.025.380	251.753	2.277.133
Total das Depreciações acumuladas		(131.427)	(470.143)	(70.353)	(23.739)	(35.062)	(730.724)		(730.724)
Valor contábil	20.849	274.529	931.268	32.910	24.621	10.479	1.294.656	251.753	1.546.409

(*) substancialmente aquisições para atualização do Parque Fabril de Anápolis-GO.

19 Intangível

8	(Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A. Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	1.798.470 967.154	1.798.470 967.154	1.798.470 967.154	1.798.470 967.154	
DM Indústria Farmacêutica Ltda. Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. Amazon Distribuidora de Medicamentos e Produtos Cosméticos Ltda. Luper Indústria Farmacêutica Ltda. Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029 666.808 32.328 45.917 33.955	743.029 666.808 - 45.917 33.955	743.029 666.808 32.328 45.917 33.955	743.029 666.808 - 45.917 33.955	
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857 4.305.518	17.857 4.273.190	17.857 4.305.518	17.857 4.273.190	
Marcas e patentes	1.671.501	337.222	1.671.803	337.525	
Direitos de uso e softwares	23.348	16.531	38.274	37.702	
Desenvolvimento de produtos	4.582 6.004.949	12.873 4.639.816	382.666 6.398.261	286.694 4.935.111	

Os ágios são mensurados como sendo o excedente do valor justo da contraprestação transferida em relação aos valores justos do ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Direito de uso e marcas	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	340.529	13.208	10.447	4.273.190	4.637.374
Adições Baixa Amortização	(3.307)	7.721 (28) (4.370)	3.248 (549) (273)	- - -	10.969 (577) (7.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	337.222	16.531	12.873	4.273.190	4.639.816
Custo total Amortização acumulada	360.620 (23.398)	90.244 (73.713)	13.719 (846)	4.273.190	4.737.773 (97.957)
Saldos em 1º de janeiro de 2020	337.222	16.531	12.873	4.273.190	4.639.816
Adições Baixa Amortização	1.337.585	11.245 - (4.428)	384 (8.479) (196)	32.328	1.381.542 (8.479) (7.930)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.671.501	23.348	4.582	4.305.518	6.004.949
Custo total Amortização acumulada	1.698.205 (26.704)	101.481 (78.133)	5.623 (1.041)	4.305.518	6.110.827 (105.878)
Valor contábil	1.671.501	23.348	4.582	4.305.518	6.004.949

Consolidado

	Direito de uso e marcas	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	340.832	46.004	202.505	4.273.190	4.862.531
Adições Baixa Amortização	(3.307)	9.266 (48) (17.520)	111.568 (13.981) (13.398)		120.834 (14.029) (34.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	337.525	37.702	286.694	4.273.190	4.935.111
Custo total Amortização acumulada	360.947 (23.422)	143.979 (106.277)	395.825 (109.131)	4.273.190	5.173.941 (238.830)
Saldos em 1º de janeiro de 2020	337.525	37.702	286.694	4.273.190	4.935.111
Adições (*) Baixa Amortização	1.337.585	18.747 (151) (18.024)	169.524 (65.165) (8.387)	32.328	1.558.184 (65.316) (29.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.671.803	38.274	382.666	4.305.518	6.398.261
Custo total Amortização acumulada Valor contábil	1.698.531 (26.728) 1.671.803	162.575 (124.301) 38.274	500.221 (117.555) 382.666	4.305.518	6.666.845 (268.584) 6.398.261

(*) o valor de direito uso e marcas refere-se substancialmente aquisição das marcas Buscopan e Buscofen, conforme contrato de compra e venda celebrado com Boehringer Ingelheim International GMBH, Boehringer Ingelheim Pharma GMBH & Co. KG e Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. em 18 de dezembro de 2019, concluída em 31 de agosto de 2020, cujo valor de aquisição está concentrada nesta principal classe de ativos identificáveis. Sobre essa aquisição, a Companhia divulgou Fatos relevantes em 18 de dezembro de 2019, 30 de julho e 31 de agosto de 2020.

Redução de valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida ou quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda. Neste contexto, os valores recuperáveis foram estimados pela Companhia com base nos cálculos dos valores em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para um período de cinco anos, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o exercício seguinte, que preveem o crescimento das vendas com marcas existentes, novas marcas advindas de aquisições e pesquisas e desenvolvimentos, com correspondentes investimentos necessários para implementação dos planos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas que não excedem a média da taxa de crescimento definida no período inicial de 5 anos.

As projeções consideram margens operacionais definidas em observância com: (i) o desempenho histórico da Companhia; (ii) as expectativas futuras de evolução dos negócios; e (iii) taxas médias ponderadas de crescimento alinhadas com previsões setoriais do mercado de atuação. No contexto do teste de recuperabilidade, a taxa de desconto antes dos impostos foi reconciliada através de cálculo interativo, tomando-se como ponto de partida a taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 9,3%, em termos nominais e após imposto,

foi calculada através da metodologia Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês), e corresponde a uma taxa pré-tax de 10,76%.

O resultado do planejamento e execução do teste, não indica deterioração nos ativos da Companhia. Dessa forma, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente, as quais são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Complementarmente, foi conduzida análise de sensibilidade com o objetivo de entender o impacto que variações em certas variáveis do teste teriam nas conclusões: (i) crescimentos em volumes; (ii) evolução de margens; (iii) montantes de investimentos; e (iv) taxa de desconto. Como resultado desta análise complementaria, não foram identificados aspectos que alterem a conclusões com relação à recuperabilidade dos ativos.

20 Fornecedores

		Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Fornecedores no país	12.803	17.946	257.560	252.503	
Fornecedores no exterior	-	177	17.979	81.326	
Fornecedores partes relacionadas (Nota 31(a))	575.823	326.234	-	-	
	588.626	344.357	275.539	333.829	

21 Cessão de créditos por fornecedores

	C	ontroladora_		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Mercado local (risco sacado) Mercado externo (<i>forfait</i>)	5.013	291	160.548 279.708	796 123.223
	5.013	291	440.256	124.019

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2020, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 0,35% e 0,54%, com média ponderada de 0,38% ao mês (em 31 de dezembro de 2019, a taxa ficou em 0,57% ao mês).

Em 31 de dezembro de 2020, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 2,52% e 11,58%, com média ponderada de 5,05% ao ano (em 31 de dezembro de 2019, essas taxas foram entre 1,50% e 5,00% com média ponderada de 3,97% ao ano).

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora	Consol		
	Taxa nominal	2020	2019	2020	2019	
Moeda Estrangeira						
Empréstimos (i)	€ + 1,61% a.a.	135.412	94.487	135.412	94.487	
Moeda Nacional						
Empréstimos FCO (i)	CDI + 2,00% a 3,60% a.a. Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a	916.050 16.736	20.911	916.050 34.783	45.949	
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	1.074	1.676	5.095	7.389	
Debêntures	CDI + de 1,25% a 1,75% a.a.	4.015.883	797.336	4.015.883	797.336	
Finep	TJLP de - 1,00% a 1,00% a.a.	278.647	326.932	278.647	326.932	
Financiamento imobiliário	TR + 9,60% a.a.	39.668 5.403.470	40.710 1.282.052	127.179 5.513.049	130.512 1.402.605	
Circulante		424.880	77.571	461.816	108.622	
Não circulante	<u>-</u>	4.978.590	1.204.481	5.051.233	1.293.983	

⁽i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2020 as cláusulas restritivas foram atendidas. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2021.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2022	379.815	399.749
2023	66.851	83.332
2024	544.671	556.817
2025	18.692	30.732
2026	18.692	30.733
2027	13.239	13.239
2028	13.239	13.239
2029	12.134	12.135
	1.067.333	1.139.976

Debêntures

Em 05 de dezembro de 2019, foi efetuada a emissão de 80.000 debêntures não conversíveis da 8ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,25% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e consecutivas, e será quitada em 28 de novembro de 2025.

Em 03 de abril de 2020, foi efetuada a emissão de 248.500 debêntures não conversíveis da 9ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 2.485.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais) preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,50% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, e será quitada em 03 de abril de 2026.

Em 01 de setembro de 2020, foi efetuada a emissão de 73.500 debêntures não conversíveis da 10ª emissão pública, primeira e segunda série, no valor total de R\$ 735.000.000,00 (setecentos e trinta e cinco milhões de reais) preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,75% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas, e será quitada em 01 de setembro de 2026.

Debêntures - Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2020	8ª Emissão Pública Série Única 797.336	9ª Emissão Pública Série Única	10ª Emissão Pública 1ª e 2ª Série	Total 797,336
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	171.550			171.550
Valor total da emissão	_	2.485.000	735.000	3.220.000
Gastos a transcorrer	-	(24.989)	(9.466)	(34.455)
Encargos financeiros	19.577	23.527	9.356	52.460
Amortização de juros	(19.458)	-	-	(19.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	797.455	2.483.538	734.890	4.015.883
Circulante	29.579	68.033	7.014	104.626
Não circulante	767.876	2.415.505	727.876	3.911.257
Custo de transação não realizados	4.730	21.487	8.918	35.135
Circulante	1.101	4.838	1.794	7.733
Não circulante	3.629	16.649	7.124	27.402

Os montantes a longo prazo das debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro
	de 2020
2023	701.735
2024	1.403.469
2025	1.403.469
2026	402.584
	3.911.257

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020

	Controladora	Consolidado
Contas a receber - Clientes caucionadas	9.836	15.474
Carta de fiança (*)	278.647	278.647
Imobilizado penhorado	44.281	142.604
	332.764	436.725

^(*) Carta Fiança para o empréstimo junto à FINEP (Contrato nº 0799/13).

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

		Consolidado			Valor Justo		
	Taxa nominal	2020	2019	2020	2019		
Moeda Estrangeira							
Empréstimos	€ + 1,61% a.a.	135.412	94.487	135.412	94.487		
Moeda Nacional							
Empréstimos	CDI + de 2,00% a 3,50% a.a. Pré-fixada de 2,50% a	916.050	-	916.050	-		
FCO	8,50% a.a.	34.783	45.949	34.782	45.949		
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	5.095	7.389	5.089	6.752		
Debêntures	CDI + de 1,25% a 1,75% a.a.	4.015.883	797.336	4.015.883	797.336		
Finep	TJLP - 1,00% a 1,00% a.a.	278.647	326.932	278.647	326.932		
Financiamento imobiliário	TR + 9,60% a.a.	127.179	130.512	125.148	137.899		
	<u> </u>	5.513.049	1.402.605	5.511.011	1.409.355		

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto de marcação de mercado não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,14% a CDI + 1,23% a.a. (31 de dezembro de 2019 – CDI + 0,22% a CDI + 1,36% a.a.).

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

										Controladora
						Passivos		tivos/Passivos) para Hedge de mpréstimos LP		
Em 1° de ianeiro de 2020	Empréstimos e financiamentos 1.282.052	Títulos a pagar 7.802	Tributos a Recolher 40.000	Dividendos propostos 612.143	Partes relaciona das	Arrendamen tos Mercantis 32.193	Instrument os financeiros derivativos ativos	Instrumen tos financeiros derivativos passivos 7,577	Patrimôni o Líquido 8.710.100	Total
	1,202,032	7.002	40.000	012.143		32.173		7,577	0.710.100	10.071.007
Variações dos fluxos de caixa de financiamento Empréstimos Tomados Pagamento de empréstimos - principal Pagamento de empréstimos - juros Aumento de capital Alienações de ações Dividendos pagos	4.115.000 (58.608) (158.168)	(3.684)	(1.007)	- - - (682.474)	- - - - -	(11.678) (4.496)	- - - - -	- - - - -	29.309 12.102	4.115.000 (74.977) (162.664) 29.309 12.102 (682.474)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	3.898.224	(3.684)	(1.007)	(682.474)	_	(16.174)	_	_	41.411	3.236.296
Outras variações	210701221	(21001)	(11007)	(0021171)		(1011/1)				012001250
Baixa	_	_	_	_	_	(1.914)	_	_	_	(1.914)
Adicões		-	-		-	37.562				37.562
Arrendamentos mercantis	-				-	1.617	-	_	-	1.617
Tributos a recolher	-	-	(9.633)	-	_	-		-	-	(9.633)
Stock option/matching/Restricted		-	-	-	_	-	-	-	17.803	17.803
Juros apropriados	223.194	362	368	-	-	3.431	(32.288)	(4.816)	-	190.251
Juros sobre capital próprio		-	-	741.985	-	-	-	-	-	741.985
Empréstimo-aquis. controladas	-	19.500	-	-	-	-	-	-	-	19.500
AVJ - Hedge Empréstimos	-	-	-	-	-	-	288.945	(2.761)	-	286.184
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	-	-	(272.415)	-	(272.415)
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	-	(502.583)	625.662	-	123.079
Pgto/Receb. Hedge investimentos	-	-	-	-	-	-	195.011	(204.034)		(9.023) 587.619
Constituição de reservas de subvenção Reversão de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	587.619 (34.488)	(34.488)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	•	-	-	-	-	-	-	-	(81.730)	(81.730)
Juros apropriados - Aquisição	•	-	-	-	-	-	(5.476)	-	(01.730)	(5.476)
Juros apropriados - Aquisição Juros apropriados - Opção	•	-		-	-		(23.036)	-		(23.036)
		<u>_</u>	<u>_</u>				(23.030)	<u>_</u>		(23.030)
Total das outras variações relacionadas com passivos	223.194	19.862	(9.265)	741.985		40.696	(79.427)	141.636	489.204	1.567.885
Em 31 de dezembro de 2020	5.403.470	23.980	29.728	671.654	<u>_</u>	56.715	(79.427)	149.213	9.240.715	15.496.048
Em 31 de dézembro de 2020	5.405.470	23.980	29.128	0/1.054		50./15	(79.447)	149.213	9.240./15	15.490.048

									Consolidado
	-						s (Ativos/Passivos)		
						mant	idos para Hedge de		
					Passivos		Empréstimos LP		
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a	Tributos a Recolher	Dividendos propostos	Arrendamentos Mercantis	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio Líquido	Total
Em 1° de ianeiro de 2020	1.402.605	7.802	56.217	612.143	37.864	(1.409)	11.397	8.710.100	10.836.719
	1.402.005	7.802	50.217	012.143	37.804	(1.409)	11.397	8.710.100	10.830./19
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Empréstimos Tomados	4.115.000	-		-	-	-	-	-	4.115.000
Pagamento de empréstimos - principal	(83.036)	(3.684)	(1.007)	-	(11.252)	-	-	-	(98.979)
Pagamento de empréstimos - juros	(161.689)	-	-	-	(4.348)	-	-	-	(166.037)
Aumento de capital		-	-	-	-	-		29.309	29.309
Alienações de ações	-	-	-	-	-	-	-	12.102	12.102
Dividendos pagos	-	-	-	(682.474)	-	-	-	-	(682.474)
Total das variações nos fluxos de caixa e									
financiamento	3.870.275	(3.684)	(1.007)	(682.474)	(15.600)	-		41.411	3.208.921
Outras variações									
Baixa		-	-	-	(2.242)			-	(2.242)
Adições		-	-	-	40.117				40.117
Arrendamentos mercantis		-	-		(9.821)		-		(9.821)
Tributos a recolher		-	15.732	-	-		-		15.732
Stock option/matching/Restricted		-	-	-	-		-	17.803	17.803
Juros apropriados	240.169	362	368	-	3.924	(32.288)	(4.816)	-	207.719
Juros sobre capital próprio	-	-	-	741.985		-		-	741.985
Empréstimo-aquis. controladas	-	19.500	-	-		-		-	19.500
AVJ - Hedge Empréstimos	-	-	-	-	-	288.944	(2.761)	-	286.183
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	19.637	(292.051)	-	(272.414)
Pgto/Receb. Hedge investimentos	-	-	-	-	-	195.011	(204.033)	-	(9.022)
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	(527.057)	670.207	-	143.150
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	587.619	587.619
Reversão de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	(34.488)	(34.488)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(81.730)	(81.730)
Juros apropriados - Aquisição		-	-	-	-	(5.476)	-	-	(5.476)
Juros apropriados - Opção			<u> </u>			(23.036)			(23.036)
Total das outras variações relacionadas com									
passivos	240.169	19.862	16.100	741.985	31.978	(84.265)	166.546	489.204	1.621.579
Em 31 de dezembro de 2020	5,513,049	23,980	71,310	671.654	54,242	(85.674)	177,943	9.240.715	15.667,219

											Controladora
							Passivos		ivos/Passivos) para Hedge de préstimos LP		
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Partes relacionadas	Dividendos propostos	Arrendamentos mercantis	Outros ativos empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio líquido	Total
Em 1º de janeiro de 2019	426.955	18.070	42.067	2.648	560.295		(67.988)	-	4.480	8.267.673	9.254.200
Variações dos fluxos de caixa de financiamento											
Empréstimos tomados	904.850	_	_	_	_	_	_	_	_	_	904.850
Pagamento de empréstimos - principal	(60.818)	(10.484)	(933)	_	-	(26.408)	1.125	-	-	-	(97.518)
Pagamento de empréstimos - juros	(17.949)	(453)	-	_	-	(4.383)	_	-	-	-	(22.785)
Aquisições de ações			-	-	_	` -	-	-	-	(72.188)	(72.188)
Alienações de ações	-	-	-	_	-	-	_	-	-	24.338	24.338
Mútuos passivos	-	-	-	(2.650)	-	-	_	-	-	-	(2.650)
Dividendos pagos	-	-	-		(623.422)	-	-	-	-	-	(623.422)
Total das variações nos fluxos de caixa e											
financiamento	826.083	(10.937)	(933)	(2.650)	(623.422)	(30.791)	1.125			(47.850)	110.625
Outras variações											
Adoção inicial		-	-	-	-	49.287	-	-	-	-	49.287
Baixa	-	-	-	-	-	(2.675)	-	-	-	-	(2.675)
Adições	-	-	-	-	-	8.057	-	-	-	-	8.057
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	(990)	-	-	-	(990)
Venda de imóveis	-	-	-	-	-	-	1.802	-	-	-	1.802
Remensuração	-	-	-	-	-	4.717	-	-	-	-	4.717
Tributos a recolher	-	-	(1.556)	-	-	-	-	-	-	-	(1.556)
Stock option/matching	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.336	5.336
Juros apropriados	29.014	669	422	2	-	3.598	(4.766)	-	3.097	-	32.036
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	675.270	-	-	-	-	-	675.270
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368.118	368.118
Constituição de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117.106	117.106
Dividendos pagos e não reclamados		-	-	-	-	-	-	-	-	31	31
Ajustes de avaliação patrimonial										(314)	(314)
Total das outras variações relacionadas com											
passivos	29.014	669	(1.134)	2	675.270	62.984	(3.954)		3.097	490.277	1.256.225
Em 31 de dezembro de 2019	1.282.052	7.802	40.000		612.143	32.193	(70.817)		7.577	8.710.100	10.621.050

	-						mantide	(Ativos/Passivos) os para Hedge de		Consolidado
	Empréstimos e financiamentos	Títulos a pagar	Tributos a recolher	Dividendos propostos	Arrendamentos mercantis	Passivos Outros ativos empréstimos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Empréstimos LP Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio líquido	Total
Em 1º de janeiro de 2019	564.309	18.070	63.191	560.295		(84.447)	(7.292)	6.807	8.267.673	9.388.606
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Empréstimos tomados	904.850	_	_	_	_	_	_	_	_	904.850
Pagamento de empréstimos - principal	(85.578)	(10.484)	(933)	_	(27.525)	1.125	_	_	_	(123.395)
Pagamento de empréstimos - juros	(22.341)	(453)	(,,,,,	_	(5.173)	-	_	_	_	(27.967)
Aquisições de ações	(======================================	-	_	_	-	_	_	_	(72.188)	(72.188)
Alienações de ações	_	_	_	_	_	_	_	_	24.338	24,338
Dividendos pagos	_	_	_	(623.422)	_	_	_	_	-	(623.422)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	796.931	(10.937)	(933)	(623.422)	(32.698)	1.125			(47.850)	82.216
Outras variações										
Adoção inicial	_	-	_	-	55.955	-	-	_	_	55.955
Baixa	-	-	-	-	(6.727)	-	-	-	-	(6.727)
Adições	-	-	-	-	8.057		-	-	-	8.057
Remensuração		-	-	-	8.915		-	-	-	8.915
Outros ativos		-	-	-		4.323	-	-	-	4.323
Venda de imóveis		-	-	-		1.802	-	-	-	1.802
Tributos a recolher	-	-	(6.464)	-			-	-	-	(6.464)
Stock option/matching	-	-		-	-	-	-	-	5.336	5.336
Juros sobre capital próprio	-	-	-	675.270	-	-	-	-	-	675.270
Juros apropriados	41.365	669	423	-	4.362	(5.611)	-	3.097	-	44.305
Constituição de reservas de subvenção	-	-	-	-	-	-	-	-	368.118	368.118
Constituição de reserva para Orçamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	117.106	117.106
Dividendos pagos e não reclamados	-	-	-	-	-	-	-	-	31	31
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)
Hedge fornecedores	-	-	-	-	-	-	424	(329)	-	95
Hedge fornecedores - juros pagos	-	-	-	-	-	-	12.784	(13.244)	-	(460)
AVJ - Hedge fornecedores							(7.325)	15.066		7.741
Total das outras variações relacionadas com passivos	41.365	669	(6.041)	675.270	70.562	514	5.883	4.590	490.277	1.283.089
Em 31 de dezembro de 2019	1.402.605	7.802	56.217	612.143	37.864	(82.808)	(1.409)	11.397	8.710.100	10.753.911

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2021. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social foram gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Nota 19), e pela distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio, nos últimos anos.

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Crédito tributário:				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	1.616.196	1.470.627	1.636.107	1.491.060
Contingências	65.813	67.330	73.593	76.578
Perda de crédito esperada	45.965	57.718	49.133	60.875
Provisão para perdas nos estoques	10.136	12.288	30.456	26.824
Outras diferenças temporárias	140.780	88.439	218.833	124.506
Total do crédito tributário	1.878.890	1.696.402	2.008.122	1.779.843
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com				
passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade				
tributária (também compensável na apuração do imposto				
corrente)	(1.712.977)	(1.696.402)	(1.813.406)	(1.753.292)
Saldo remanescente do crédito tributário	165.913		194.716	26.551

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Ágios	1.575.837	1.575.837	1.575.837	1.575.837
Débito tributário PIS/COFINS e outros	101.540	101.540	107.710	101.540
Valor justo do imobilizado – combinações de negócios	11.213	11.620	38.937	42.930
Outros	24.387	28.066	136.939	125.528
Total do débito tributário	1.712.977	1.717.063	1.859.423	1.845.835
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto				
corrente)	(1.712.977)	(1.696.402)	(1.813.406)	(1.753.292)
Saldo remanescente do passivo diferido		20.661	46.017	92.543

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.184.135	1.055.421	1.205.967	1.062.612
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada Resultado de equivalência patrimonial Juros sobre capital próprio declarado- JSCP Juros e correções de natureza indenizatória Subvenções governamentais Adições/exclusões permanentes	(402.606) 30.613 252.275 37.662 170.719 22.318	(358.843) (3.359) 229.592 102.836 125.160 13.233	(409.932) 5.231 252.275 48.643 174.731 18.200	(361.216) 4.106 229.592 102.836 125.160 951
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado Corrente Diferido	110.981 - 110.981	108.619 - 108.619	89.148 (17.403) 106.551	(17.105) 118.534
Operações descontinuadas Operações continuadas	9.813 101.168 110.981	12.649 95.970 108.619	10.975 78.173 89.148	12.535 88.894 101.429
	9%	10%	7%	10%

24 Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recolher	27.851	37.097	67.275	49.219
IPI/PIS/COFINS a recolher	-	1.089	359	2.015
Outros impostos a recolher	1.877	1.814	3.676	4.983
	29.728	40.000	71.310	56.217
Circulante	22.077	31.640	63.659	47.857
Não circulante	7.651	8.360	7.651	8.360

25 Contas a pagar

_		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Fretes a pagar	19.595	12.042	23.655	14.638
Serviços prestados	57.110	23.800	102.614	44.967
Publicidades	21.747	7.920	21.747	7.949
Receitas a transcorrer	47.882	-	47.882	-
Compras de ativo fixo	10.629	3.919	43.838	13.043
Obrigações oriundas de alienação	12.410	12.410	12.410	12.410
Arrendamentos mercantis (i)	56.715	32.193	54.242	37.864
Provisões de impostos sobre perdas de estoques	2.687	6.387	17.048	17.073
Outras	7.284	9.475	19.097	17.607
	236.059	108.146	342.533	165.551
	_			
Circulante	169.943	88.310	273.353	135.710
Não circulante	66.116	19.836	69.180	29.841

(i) Passivos de arrendamentos

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Circulante	21.280	17.108	20.802	17.832
Não circulante	35.435	15.085	33.440	20.032
	56.715	32.193	54.242	37.864

Os passivos de arrendamento referem-se substancialmente a veículos e imóveis. As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	32.193	37.864
Pagamento de empréstimos - principal	(11.678)	(11.252)
Pagamento de empréstimos - juros	(4.496)	(4.348)
Adições	37.562	40.117
Baixa	(1.914)	(2.242)
Remensuração	1.617	(9.821)
Juros apropriados	3.431	3.924
Saldo em 31 de dezembro de 2020	56.715	54.242

a. Vencimentos das prestações

Os montantes dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
Até 2 anos	18.480	18.063
Entre 2 e 5 anos	15.818	13.977
Acima de 5 anos	1.137	1.400
	35.435	33.440

b. Direito tributário sobre arrendamento

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

		Controladora		Consolidado
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	62.238	56.715	61.084	54.242
PIS/COFINS potencial	(2.866)	(2.473)	(2.487)	(1.976)
	59.372	54.242	58.597	52.266

c. Contratos por prazo e a taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Controladora	Consolidado
Prazos	Taxa % a.a	Taxa % a.a
Até 2 Anos	6,49%	6,49%
De 2 a 5 Anos	4,76%	4,68%
Acima de 5 Anos	10,46%	10,46%

O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados pela taxa nominal.

	C	ontroladora_		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Passivo de arrendamentos				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	56.715	32.193	54.242	37.864
Fluxo com projeção de inflação	59.290	33.838	56.705	39.799
Variação	4,54%	5,11%	4,54%	5,11%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	57.800	35.651	67.736	39.807
Fluxo com projeção de inflação	60.424	37.473	70.811	41.841
Variação	4,54%	5,11%	4,54%	5,11%

	C	ontroladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(3.476)	(3.466)	(3.911)	(4.251)
Fluxo com projeção de inflação	(3.634)	(3.643)	(4.089)	(4.468)
Variação	4,54%	5,11%	4,54%	5,11%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(28.776)	(25.488)	(28.092)	(26.771)
Fluxo com projeção de inflação	(30.082)	(26.790)	(29.367)	(28.139)
Variação	4,54%	5,11%	4,54%	5,11%

26 Provisão para Contingências passivas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

								Controladora
				2020				2019
	Prognóstico de perda provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial	Prognóstico de perda provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial
Cível	9.261	11.782	(57)	20.986	8.218	11.123	-	19.341
Trabalhista	99.941	23.721	(14.750)	108.912	104.038	26.597	(29.382)	101.253
Tributária	121	44.652	(365)	44.408	74	43.775	(327)	43.522
Administrativas/outras	3.254	834	(225)	3.863	3.828	375	(218)	3.985
Responsabilidade de ex-proprietários	5.347	-	-	5.347	-	-	-	-
-	117.924	80.989	(15.397)	183.516	116.158	81.870	(29.927)	168.101

								Consolidado
				2020				2019
	Prognóstico de perda provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial	Prognóstico de perda provável	Contingências assumidas na combinação de negócios	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósito judicial
Cível	9.297	11.782	(57)	21.022	8.234	11.123	-	19.357
Trabalhista	107.995	23.721	(17.600)	114.116	115.695	26.597	(32.921)	109.371
Tributária	124	44.652	(367)	44.409	76	43.775	(329)	43.522
Administrativas/outras	18.044	834	(225)	18.653	19.356	375	(218)	19.513
Responsabilidade de ex-proprietários	8.188	-	-	8.188	-	-	-	-
	143.648	80.989	(18.249)	206.388	143.361	81.870	(33.468)	191.763

Movimentação das Contingências

_						Controladora
	2019	Atualizações monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2020
Cível	19.341	1.444	290	(24)	(8)	21.043
Trabalhista	130.635	11.344	19.028	(25.256)	(12.089)	123.662
Tributária	43.849	353	571	-	-	44.773
Administrativas/ outras	4.203	377	550	(1.042)	-	4.088
Responsabilidade de ex-proprietários	<u> </u>	224	6.665	(1.542)		5.347
_	198.028	13.742	27.104	(27.864)	(12.097)	198.913
Depósitos judiciais	(29.927)	(634)	(3.122)	17.792	494	(15.397)
·	168.101	13.108	23.982	(10.072)	(11.603)	183.516
						Consolidado
-		Atualizações				
	2019	Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2020
Cível	19.357	1.446	325	(41)	(8)	21.079
Trabalhista (a)	142.292	12.005	21.909	(31.018)	(13.472)	131.716
Tributária (b)	43.851	353	572	-	-	44.776
Administrativas/ outras (c)	19.731	1.366	4.360	(1.119)	(5.460)	18.878
Responsabilidade de ex-proprietários (d)	<u> </u>	300	10.956	(3.068)		8.188
-	225.231	15.470	38.122	(35.246)	(18.940)	224.637
Depósitos judiciais	(33.468)	(714)	(4.435)	19.815	553	(18.249)
· · ·	191.763	14.756	33.687	(15.431)	(18.387)	206.388

- (a) As adições referem-se a 78 novos processos trabalhistas e as reversões referem-se a 309 processos trabalhistas.
- (b) Substancialmente relacionados ao recolhimento de ICMS sobre importações de mercadorias decorrentes da aquisição da Mabesa e da Mantecorp.
- (c) As adições referem-se substancialmente ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) relacionado à transferência do imóvel de Senador Canedo.
- (d) As adições referem-se a processos cuja responsabilidade são de ex-acionistas. Nestes casos a Companhia registra a obrigação de pagamento de causas e também registra um ativo, a ser reembolsado pelos ex-proprietários por ocasião do pagamento da contingência.

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

Trabalhista / Cível /
Administrativo e Outras

	Administr	ativo e Outras		Tributária	
	Provável	Possível	Provável	Possível	Total
Mabesa	1.196	-	8.765	8.541	18.502
Mantecorp	32.673	2.468	624	26.722	62.487
	33.869	2.468	9.389	35.263	80.989

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios

foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 80.989, sendo R\$ 23.721 referente a processos trabalhistas, R\$ 11.782 referente a processos cíveis, R\$ 44.652 referente a processos tributários e R\$ 834 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São 8 processos, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 11.782.

Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 9.729, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista

São 144 processos, dos quais 42 decorrentes da aquisição da Mabesa, 59 da Mantecorp Logística e 43 Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios está estimado em R\$ 23.721.

(iii) Tributária

São aproximadamente 159 processos substancialmente relacionados a recolhimento do ICMS sobre importação de mercadorias, dos quais 88 decorreram da aquisição da Mabesa, outros 10 da Mantecorp Logística e 61 Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 44.652.

(iv) Administrativas / outras

São 12 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 834.

b. Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	46.703	42.720	47.868	43.160
Trabalhista	465.091	439.245	483.452	458.478
Tributária	128.102	120.641	162.747	153.317
Administrativas/outras	2.865	2.904	3.486	3.371
Responsabilidade de ex-proprietários	469.830	448.693	625.976	571.624
	1.112.591	1.054.203	1.323.529	1.229.950

(i) Cível

No ano de 2009 o Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo.

Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

No ano de 2014 o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

No ano de 2020 o Município de Londrina ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase inicial. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 483.452 (R\$ 458.478 em 31 de dezembro de 2019).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas, há 102 decorrentes da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 39.391 (R\$ 42.709 em 31 de dezembro de 2019), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

(iii) Tributária

A Companhia e sua controlada Cosmed buscam por meio de Mandados de Segurança o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 93.452, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos encontra-se depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3º Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia.

A Companhia, suportada por experts internos e externos, acredita que todos os procedimentos adotados quanto a apuração de seus tributos estão de acordo com a legislação vigente e aplicável ao assunto, bem como aceitos pelos tribunais. Contudo, por se tratarem de matérias sujeitas a grande grau de subjetividade, é possível que essa avaliação venha a se alterar no futuro por fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência ou em regulamentos tributários, sendo possível que as autoridades administrativas não concordem com um ou mais destes procedimentos.

(iv) Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 213.998 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos exproprietários (Nota 14).

27 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.478.126 (em 31 dezembro de 2019 – R\$ 4.448.817), representado por 633.420.823 (em 31 de dezembro de 2019 - 632.238.060) ações ordinárias.

Em 24 de novembro de 2020, o capital social foi aumentado em R\$ 778, advindos dos recursos obtidos na emissão de 33.400 (trinta e três mil e quatrocentos) ações com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de ações.

Em 13 de novembro de 2020, o capital social foi aumentado em R\$ 1.288, advindos dos recursos obtidos na emissão de 67.000 (sessenta e sete mil) ações com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de ações.

Em 23 de setembro de 2020, o capital social foi aumentado em R\$ 27.243, advindos dos recursos obtidos na emissão de 1.082.363 (um milhão e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta e três) ações com recursos obtidos do Programa de Opção de Compra de ações.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Pagamentos baseados em ações

(i) Opção de compra de ações

Os planos de opções de compra de ações têm como objetivo de atrair e reter executivos da Companhia em percentual de diluição de até 6% do capital social.

As transações com pagamento baseado em ações podem ocorrer entre a Companhia e suas controladas.

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.
- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções europeias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

Foram aprovados em AGE's os Planos II em 29 de dezembro de 2008 e III em 10 de outubro de 2011 que contemplam os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em RCA's nas seguintes datas:

Reuniões do Conselho de Administração - RCA

	Plano II
Programa 2009	17 de dezembro de 2009
Programa 2010	06 de agosto de 2010
Programa 2011	02 de fevereiro de 2011
	Plano III
Programa 2011	Plano III 26 de dezembro de 2011
Programa 2011 Programa 2013	

Programa 2014-A 30 de dezembro de 2014 Programa 2017 11 de abril de 2017

O prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2020 é de 3,89% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

									C	onsolidado
									Posição em	31/12/2020
Plano	Programa	Carência	Preço exercício original	Preço exercício corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	28,41	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	28,41	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	28,41	640.000	90.000	390.000	160.000	5,22	835
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,02	964
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	28,41	460.000	90.000	210.000	160.000	6,79	1.086
					2.600.000	415.000	1.410.000	775.000		4.056
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	25,54	740.000	421.552	280.565	37.883	0,95	36
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	25,54	740.002	421.554	280.566	37.882	1,75	66
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	25,54	759.482	421.554	300.046	37.882	2,52	95
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,26	124
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	25,54	730.258	421.554	270.822	37.882	3,98	151
					3.700.000	2.107.768	1.402.821	189.411		472
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	10.000	45.000	470.000	2,39	1.124
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	10.000	45.000	470.000	3,78	1.776
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	10.000	45.000	470.000	4,82	2.264
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	55.000	470.000	5,53	2.598
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	55.000	470.000	5,91	2.779
					2.625.000	30.000	245.000	2.350.000		10.541
	Total J.	. Staals Outlan			9.025.000	2 552 769	2.057.921	2 214 411		15.060
	Total de	Stock Option			8.925.000	2.552.768	3.057.821	3.314.411		15.06

										Consolidado
									Posição	em 31/12/2019
Plano	Programa	Carência	Preço exercício original	Preço exercício corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano II	2009	17/12/2010	17,055	23,87	560.000	388.115	171.885	-	3,47	_
Plano II	2009	17/12/2011	17,055	23,87	560.000	379.600	180.000	400	4,22	2
Plano II	2009	17/12/2012	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	4,93	99
Plano II	2009	17/12/2013	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	5,6	112
Plano II	2009	17/12/2014	17,055	23,87	560.000	360.000	180.000	20.000	6,23	124
					2.800.000	1.847.715	891.885	60.400		337
Plano II	2010	06/08/2011	20,21	28,33	520.000	50.000	330.000	140.000	3,51	492
Plano II	2010	06/08/2012	20,21	28,33	520.000	95.000	270.000	155.000	4,38	679
Plano II	2010	06/08/2013	20,21	28,33	640.000	90.000	390.000	160.000	5,22	835
Plano II	2010	06/08/2014	20,21	28,33	460.000	90.000	210.000	160.000	6,02	963
Plano II	2010	06/08/2015	20,21	28,33	460.000	90.000	210.000	160.000	6,79	1.086
					2.600.000	415.000	1.410.000	775.000		4.055
Plano II	2011	01/02/2012	19,26	25,59	740.000	205.081	280.565	254.354	0,95	241
Plano II	2011	01/02/2013	19,26	25,59	740.002	205.081	280.566	254.355	1,75	446
Plano II	2011	01/02/2014	19,26	25,59	759.482	205.081	300.046	254.355	2,52	641
Plano II	2011	01/02/2015	19,26	25,59	730.258	205.081	270.822	254.355	3,26	830
Plano II	2011	01/02/2016	19,26	25,59	730.258	205.081	270.822	254.355	3,98	1.012
					3.700.000	1.025.405	1.402.821	1.271.774		3.170
Plano III	2014-A	30/12/2019	16,48	16,48	130.000	-	90.000	40.000	4	160
					130.000	-	90.000	40.000		160
Plano III	2017	01/04/2018	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	2,39	1.148
Plano III	2017	01/04/2019	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	3,78	1.813
Plano III	2017	01/04/2020	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	4,82	2.312
Plano III	2017	01/04/2021	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,53	2.654
Plano III	2017	01/04/2022	28,93	28,93	525.000	-	45.000	480.000	5,91	2.838
					2.625.000	-	225.000	2.400.000		10.765
Total do Sto	ck Option				11.855.000	3.288.120	4.019.706	4.547.174		18.487

(ii) Plano de Concessão de acões em regime de Matching

Foram aprovados Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 23 de fevereiro de 2018 e 21 de fevereiro de 2019) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018 e PPR 2019 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance").

O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.

O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O total do Programa do Plano Macthing 2017 tem custo estimado de R\$ 12.120 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2019, com a quantidade total estimada de 314.546 ações.

O total do Programa do Plano Macthing 2018 tem custo estimado de R\$ 6.272 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2020, com a quantidade total estimada de 211.887 ações.

O total do Programa do Plano Macthing 2019 tem custo estimado de R\$ 11.234 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2021, com a quantidade total estimada de 317.816 ações.

O total do Programa do Plano Macthing 2020 tem custo estimado de R\$ 22.759 representando por 4 tranches anuais, a partir de 2022, com a quantidade total estimada de 694.470 ações.

(iii) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em AGE´s realizada em 14 de abril de 2016 e aditado em 19 de abril de 2018 e em 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia.

- O Programa de Ações Restritas Outorga 2018 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2019, tem custo estimado de R\$ 38.117, com a quantidade total estimada de 1.470.000 ações.
- O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2020, tem custo estimado de R\$ 33.646, com a quantidade total estimada de 1.315.000 ações.
- O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 1 tranche única, prevista para 2023, tem custo estimado de R\$ 1.422, com a quantidade total estimada de 69.000 ações.
- O Programa de Ações Restritas Outorga 2019 representado por 1 tranche única, prevista para 2024, tem custo estimado de R\$ 8.161, com a quantidade total estimada de 396.000 ações.
- O Programa de Ações Restritas Outorga 2020 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2021, tem custo estimado de R\$ 3.666, com a quantidade total estimada de 125.000 ações.

d. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2019	1.164.957	34.203
Alienação do exercício	(1.155.481)	(33.925)
Saldo em 31/12/2020	9.476	278

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Proposta de destinação do resultado

Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2020:

	2020
Resultado líquido do exercício	1.295.116
Lucro a ser destinado	1.295.116
Constituição da Reserva de subvenção governamental	(587.619)
Reversão de Reserva para orçamento de capital (Reserva de retenção de lucros)	34.488
Base de cálculo dos dividendos	741.985
Juros sobre capital próprio (I)	(741.985)

I. Foram aprovadas pelas reuniões do Conselho de Administração a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, que foram pagos em 07 de janeiro de 2021, conforme o quadro abaixo:

Datas	Valor
24 de março de 2020	185.498
23 de junho de 2020	185.496
30 de setembro de 2020	185.497
18 de dezembro de 2020	185.494
	741.985

28 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	C	Controladora	Consolidado			
	2020	2019	2020	2019		
Vendas brutas de produtos	4.974.972	4.114.999	4.975.748	4.115.155		
Devoluções	(117.556)	(128.117)	(117.601)	(128.117)		
Descontos incondicionais	(191.684)	(184.693)	(191.684)	(184.679)		
Receita líquida das devoluções e descontos incondicionais	4.665.732	3.802.189	4.666.463	3.802.359		
Descontos promocionais	(236.799)	(253.992)	(234.294)	(253.992)		
Impostos	(228.361)	(154.032)	(343.298)	(253.618)		
Receita líquida	4.200.572	3.394.165	4.088.871	3.294.749		

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares, (b) os consumidores e clientes não possuem distinções relevantes; (c) a empresa atua apenas em território nacional e (d) as apresentações a investidores citando diferentes tipos de produtos refletem apenas os diferentes modelos de *go-to-market*. Nesse sentido a Companhia vem capturando as sinergias entre esses diferentes modelos e alavancando estrutura única de *sell-out*.

Adicionalmente, as tomadas de decisões sobre recursos a serem alocados não estão ligados a segmentos de negócios, mas ocorrem individualmente por produtos a serem lançados, culminando com avaliações de desempenho geral dos resultados operacionais para todo o portfólio de produtos.

29 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado
2020	2019	2020	2019
(1.847.690)	(1.526.769)	(1.459.596)	(1.209.057)
	-	(618.988)	(395.053)
-	-	(257.621)	(191.403)
-	-	(399.479)	(328.079)
-	-	(56.692)	(53.941)
(1.764.087)	(1.467.658)	(301.389)	(121.167)
(83.603)	(59.111)	(109.080)	(92.922)
-	-	283.653	(26.492)
(1.215.561)	(1.282.873)	(1.355.581)	(1.401.629)
			(843.348)
			(291.947)
(/	` /	()	(82.764)
` ,	, , ,	, ,	(9.012)
(460.860)	(491.516)	(433.687)	(459.625)
(397 497)	(403 724)	(568 569)	(558.281)
			(249.125)
,	` /	, ,	(92.168)
,	(/	,	(128.717)
` '	` /	, ,	(45.318)
(33.720)	(40.304)	(35.419)	(42.953)
(148 360)	(148 702)	(208 397)	(209.262)
			(149.590)
` /	, ,	,	(37.661)
` /	,	` /	(16.910)
(7.473)	(13.439)	(4.192)	(5.101)
	(1.847.690) (1.847.690) (1.764.087) (83.603) (1.215.561) (818.064) (238.098) (112.616) (6.490) (460.860) (397.497) (230.079) (92.335) (12.320) (29.043) (33.720) (148.360) (93.828) (37.111) (9.948)	2020 2019 (1.847.690) (1.526.769) - - - - (1.764.087) (1.467.658) (83.603) (59.111) - - (1.215.561) (1.282.873) (818.064) (879.149) (238.098) (295.857) (112.616) (82.764) (6.490) (9.012) (460.860) (491.516) (397.497) (403.724) (230.079) (244.602) (92.335) (82.016) (12.320) (9.111) (29.043) (27.691) (33.720) (40.304) (148.360) (148.702) (93.828) (93.521) (37.111) (30.325) (9.948) (11.417)	2020 2019 2020 (1.847.690) (1.526.769) (1.459.596) - - (618.988) - - (257.621) - - (399.479) - - (56.692) (1.764.087) (1.467.658) (301.389) (83.603) (59.111) (109.080) - - 283.653 (1.215.561) (1.282.873) (1.355.581) (818.064) (879.149) (787.012) (238.098) (295.857) (234.187) (112.616) (82.764) (112.616) (6.490) (9.012) (6.522) (460.860) (491.516) (433.687) (397.497) (403.724) (568.569) (230.079) (244.602) (233.802) (92.335) (82.016) (105.213) (12.320) (9.111) (151.651) (29.043) (27.691) (42.484) (33.720) (40.304) (35.419) (148.360) <t< td=""></t<>

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Ganhos (Perdas) eventuais (*)	207.458	638.169	237.284	618.304
Depreciação de propriedades para investimentos	(4.066)	(4.204)	(4.066)	(4.204)
Receitas de aluguéis	19.318	19.806	16.675	17.182
Contingências cíveis e trabalhistas	(12.182)	(13.713)	(13.139)	(30.048)
	210.528	640.058	236.754	601.234

^(*) Este valor refere-se substancialmente a indenização recebida de Acionista, com base no resultado dos trabalhos de Investigação Interna, realizados pelo Comitê Independente e seus Assessores (vide Nota 31) ocorrida no segundo trimestre de 2020. No exercício de 2019, refere-se substancialmente ao ganho decorrente de trânsito em julgado de ações autorizando a recuperação do PIS e da COFINS indevidamente incidente no ICMS incluído nas notas de faturamento.

c. Receitas financeiras

		Controladora		Consolidado			
	2020	2019	2020	2019			
Juros ativos	24.492	27.788	26.879	30.840			
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	94.148	59.201	97.257	65.329			
Variações cambiais (Ganhos de operações de derivativos)	22.378		22.378	-			
	141.018	86.989	146.514	96.169			

d. Despesas financeiras

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre financiamentos	(19.242)	(16.876)	(35.942)	(28.464)
Juros sobre empréstimos	(40.712)	(6.601)	(26.650)	(6.602)
Juros sobre títulos a pagar	(362)	(692)	(362)	(692)
Atualizações monetárias sobre contingências	(13.518)	(12.124)	(15.170)	(13.721)
Parcelamentos fiscais ou Refis	(368)	(422)	(368)	(422)
Debêntures	(108.923)	(3.142)	(108.923)	(3.142)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(4.183)	(4.292)	(4.214)	(4.320)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(24.137)	(11.580)	(24.614)	(12.318)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos	1.311	(221)	1.311	(221)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes	(150)	44	(2.522)	(5.424)
Reversões de ajuste a valor presente	(3.476)	(3.466)	(3.911)	(4.251)
Outros	(190)	(571)	(577)	(2.175)
	(213.950)	(59.943)	(221.942)	(81.752)

30 Resultado por ação

a. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

			2020			2019
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações	1.321.629	(26.513)	1.295.116	1.188.985	(24.945)	1.164.040
ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	631.385	631.385	631.385	631.290	631.290	631.290
Lucro básico por ação	2,09322	(0,04199)	2,05123	1,88342	(0,03951)	1,84391

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumente o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

		2020			2019
Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
1.321.629	(26.513)	1.295.116	1.188.985	(24.945)	1.164.040
631.385	631.385	631.385	631.290	631.290	631.290
6.955	6.955	6.955	8.645	8.645	8.645
638.339	638.339	638.339	639.935	639.935	639.935
2,07042	(0,04153)	2,02888	1,85798	(0,03898)	1,81900
	631.385 6.955 638.339	continuadas descontinuadas 1.321.629 (26.513) 631.385 631.385 6.955 6.955 638.339 638.339	Operações continuadas Operações descontinuadas Total 1.321.629 (26.513) 1.295.116 631.385 631.385 631.385 6.955 6.955 6.955 638.339 638.339 638.339	Operações continuadas Operações descontinuadas Total Operações continuadas 1.321.629 (26.513) 1.295.116 1.188.985 631.385 631.385 631.385 631.290 6.955 6.955 6.955 8.645 638.339 638.339 638.339 639.935	Operações continuadas Operações descontinuadas Operações continuadas Operações descontinuadas 1.321.629 (26.513) 1.295.116 1.188.985 (24.945) 631.385 631.385 631.385 631.290 631.290 6.955 6.955 8.645 8.645 638.339 638.339 638.339 639.935 639.935

(I) Segue abaixo a composição dos valores dos pagamentos baseados em ações:

	2020
Stock Option	3.314
Valor estimado Plano Machting	1.330
Plano Restricted	2.311
	6.955

31 Transações com partes relacionadas

A Companhia é uma empresa de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 e possui Acordo de Acionistas celebrado em 23 de junho de 2010, e posteriormente aditado em 16 de março de 2016, 24 de outubro de 2016, 26 de julho de 2017 e 09 de junho de 2020, cujos principais signatários são o Sr. João Alves de Queiroz Filho, que detém 21,38% do capital social da Companhia, e a Maiorem S.A. de C.V., que detém 14,74%. Os demais signatários do Acordo de Acionistas detêm 0,12% do capital social da Companhia e os 63,76% remanescentes são detidos por diversos outros acionistas.

Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. No caso, tanto a Cosmed quanto a Brainfarma produzem e vendem praticamente toda a produção para a Hypera comercializar no mercado.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do Grupo estão demonstradas abaixo:

 O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo índice IGPM – FGV e o prazo de vencimento é 02 de maio de 2025, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

- O contrato de aluguel com a Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (Fábrica de Adoçantes) foi corrigido pelo índice IGPM – FGV a partir de 01 de abril de 2019 e o prazo de vencimento é 31 de março de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.
- O contrato de prestação de serviços com a UOL Diveo Tecnologia Ltda. será corrigido pelo índice IGPM – FGV a cada doze meses, a partir de 30 de outubro de 2018 e o prazo de vencimento é 29 de outubro de 2021.

a.1. Nos ativos e passivos

								Controladora
								2020
Empresas	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Indenização de Acionistas	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	455	-	-	(91.680)	-	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	3	-	-	(17)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	2.620	-	-	(484.126)	(9.407)	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(667)	-	-	-
João Alves de Queiros Filho	-	-	140.925	-	-	-	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	3.078		140.925	(575.823)	(10.073)		_	-
								Consolidado
								2020
	Outros	Mútuos	Indenização			Outros	Outros	
Empresas	valores a receber	a receber	de Acionistas	Fornecedores	Contas a pagar	valores a pagar	valores a pagar	Mútuos a pagar
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(667)	-	-	-
João Alves de Queiros Filho	-	-	152.855	-	-	-	-	
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-		-	1	-		-
Total	-	-	152.855	-	(666)			-

							Controladora 2019
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	244	-	(84.891)	-	-	-
My Agência Propaganda Ltda.	-	9	-	(17)	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	469	-	(241.326)	(969)	-	-
Universo Online S.A.	-	-	-	-	(667)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(13)	-	-
Total		722	-	(326.234)	(1.649)	-	
							Consolidad

							2019
		Outros				Outros	<u> </u>
Empresas		valores a	Mútuos a		Contas a	valores a	Mútuos a
	Clientes	receber	receber	Fornecedores	pagar	pagar	pagar
Universo Online S.A.				-	(667)	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(13)	-	-
Total					(680)		-

a.2. No resultado do exercício

								Controladora 2020
		Transações			(Despesas)/Rec	eitas diversas		luros s/ Mútuo
Empresas	Compras de mercadorias / produtos	Receitas de aluguéis	Indenização de Acionistas	Publicidade	Amortização de arrendamento	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(424.737)	_	_	_	_	_	_	_
My - Agência Propaganda Ltda.	(12 11/3/)	_	_	(4.560)	_	_	_	_
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(1.788.197)	2.878	-	-	(2.399)	-	(424)	-
Universo Online S.A.	-	-	-	(8.000)	-	-	-	-
João Alves de Queiros Filho	-	-	185.269	-	-	-	-	1.973
UOL Diveo Tecnologia Ltda.						(287)		
	(2.212.934)	2.878	185.269	(12.560)	(2.399)	(287)	(424)	1.973
								Consolidado
								2020
		Transações			(Despesas)/Rec	eitas diversas		luros s/ Mútuo
	Compras de	Receitas			Amortização			
	mercadorias	de	Indenização de		de	Serviços	Despesas	Receitas
Empresas	/ produtos	aluguéis	Acionistas	Publicidade	arrendamento	prestados	financeiras	financeiras
Universo Online S.A.	-	-	-	(8.000)	-	-	-	-
João Alves de Queiros Filho	-	-	200.987	-	-	-	-	2.115
UOL Diveo Tecnologia Ltda.						(287)		
			200.987	(8.000)		(287)		2.115

							Controladora
		Transações		(Despesas)/Re	ceitas diversas		Juros s/ Mútuo
Empresas	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(332.703)	2.495	-		-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	(4.180)	204	(4.560)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(1.307.926)	140	-	(2.091)	-	(268)	1
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(6.000)	-	-	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.					(6.401)		
Total	(1.644.809)	2.839	(10.560)	(2.091)	(6.401)	(268)	1

							Consolidado
							2019
		Transações		(Despesas)/Re	ceitas diversas		Juros s/ Mútuo
Empresas	Compras de mercadoria/ produtos	Receitas de aluguéis	Publicidade	Aluguéis	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	(317)	-	(28)	
Universo Online S.A.	-	-	(6.000)	-	-	-	-
UOL Diveo Tecnologia Ltda.		-			(6.401)		
Total	<u> </u>	-	(6.000)	(317)	(6.401)	(28)	

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal, Auditoria e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

		Controladora	Consolidad		
	2020	2019	2020	2019	
Salários e outros benefícios de curto prazo	18.399	18.576	18.399	18.816	
Honorários dos conselheiros	5.455	4.720	5.455	4.720	
Pagamentos com base em ações	8.317	11.287	8.317	11.287	
	32.171	34.583	32.171	34.823	

32 Outros assuntos

a) Investigação Interna

O Conselho de Administração deliberou pela constituição de um Comitê Especial Independente ("Comitê Independente"), para coordenar uma investigação independente dos fatos relacionadas à investigação conduzida pelo Ministério Público Federal denominada "Operação Tira-Teima", objeto do Aviso de Fato Relevante de 10 de abril de 2018 e do Comunicado ao Mercado de 20 de abril de 2018 publicados pela Companhia. O Comitê Independente (a) definiu o escopo da investigação independente; (b) contratou assessores externos, notadamente escritório de advocacia e empresa de auditoria de primeira linha; (c) realizou apresentações sobre o andamento dos trabalhos ao Auditor Externo e ao Comitê de Auditoria sobre o andamento dos trabalhos, (d) apresentou suas recomendações ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Em 25 de maio de 2020, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Conselho de Administração tomou conhecimento do resultado dos trabalhos de apuração interna realizados até aquele momento dos fatos relacionados à "Operação Tira-Teima", que confirmou a existência e indícios de pagamentos indevidos pela Companhia. Na mesma oportunidade, o Conselho de Administração autorizou que fossem avaliadas e atendidas as recomendações feitas pelo Comitê Independente à Companhia com o objetivo de aprimorar os sistemas e controles internos da Companhia, assim como o programa de Compliance da Companhia.

Os trabalhos de apuração interna realizados pela Companhia até 25 de maio de 2020 resultaram na verificação de que foram realizados pagamentos comprovadamente indevidos pela Companhia no valor de R\$110,557 milhões, além dos R\$33,195 milhões que foi objeto de Instrumento de Transação firmado com o Sr. Nelson José de Mello, pelo qual o exadministrador reconheceu sua obrigação de indenizar a Companhia, como informado no Fato Relevante de 28 de junho de 2016.

Após negociação com o principal acionista co-controlador da Companhia, realizada por um comitê tripartite independente, o Conselho de Administração aprovou, em 25 de maio de 2020, a celebração de um termo de pagamento com o Sr. João Alves de Queiroz Filho ("Termo de Pagamento"), o qual, entendendo ser no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, sem assunção de responsabilidade, concordou em efetuar o pagamento à Companhia do saldo remanescente dos valores de pagamentos comprovadamente indevidos realizados pela Companhia, no valor de R\$110,557 milhões, devidamente atualizado monetariamente pela taxa Selic. Este pagamento está sendo realizado em 4 parcelas iguais e sucessivas, tendo sido a primeira parcela paga na data do Termo de Pagamento e as demais serão pagas na mesma data dos anos subsequentes, até sua liquidação integral.

Em paralelo e em complemento ao trabalho desenvolvido pelo Comitê Independente, a Companhia, por meio dos seus assessores legais especializados, tem apoiado e colaborado com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes. A administração da Companhia está comprometida em adotar as medidas necessárias e avaliará com o apoio de seus assessores legais especializados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à conclusão definitiva do assunto, incluindo as hipóteses de celebração de acordos com as autoridades competentes. No momento a administração da Companhia não tem como avaliar de forma precisa e confiável eventuais impactos adicionais resultantes dos fatos relacionados à "Operação Tira-Teima" apurados pela Companhia e pelo Comitê Independente.

b) Impactos à pandemia do COVID-19

Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO.

Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento.

As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

33 Eventos subsequentes

a) Aquisição de Empresa

Em 29 de janeiro de 2021, foi concluida a aquisição, pela Companhia, do portfólio selecionado de medicamentos isentos de prescrição ("OTC") e de prescrição na América Latina da Takeda Pharmaceuticals International AG ("Takeda"), incluindo Neosaldina e Dramin, pelo preço de USD 825 milhões (oitocentos e vinte e cinco milhões de dólares).

A Companhia também informa que, simultaneamente à aquisição, foi concluída a venda do portfólio de 12 selecionados produtos farmacêuticos de prescrição e OTC na Argentina, Colômbia, Equador, México, Panamá e Peru à Eurofarma Laboratórios S.A., bem como a venda do produto "Xantinon" à União Química Farmacêutica Nacional S.A. por USD 161 milhões (cento e sessenta e um milhões de dólares), e a marca Xantinon para a União Química Farmacêutica Nacional Ltda., pelo valor de R\$95 milhões.

Com a conclusão dessa operação, a Hypera Pharma reforçará seu portfólio de produtos de prescrição e ampliará de maneira relevante sua liderança no mercado de OTC, passando a deter duas das três maiores marcas de medicamentos OTC do país, de acordo com o IQVIA.

A operação coloca a Companhia em posição de disputa pela liderança do mercado farmacêutico brasileiro e reforça seu portfólio único e não replicável de marcas líderes, fortalecendo também sua posição em segmentos estratégicos do mercado.

O valor justo dos ativos, pasivos, recebíveis, possíveis contraprestações contingentes, valor total do ágio por expectativa de rentabilidade futura, entre outros, a Companhia encontra-se no período de mensuração previsto no CPC 15 — Combinação de negócio (R1), o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição. onde o adquirente poderá ajustar os valores provisórios reconhecidos em fase de mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição.

b) Celebração de Contratos de Empréstimos

Em 07 de janeiro de 2021, a Companhia obteve financiamentos bancário junto ao Banco BNP Paribas, no valor de R\$ 95 milhões (trezentos milhões de reais), com taxa de juros de 4,18% ao ano e vencimento em 29 de dezembro de 2021.

Em 27 de janeiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de duas Cédulas de Crédito Bancário junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., por meio do qual será concedido à Companhia, um empréstimo no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) e outro no valor de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões de reais), com taxa de juros de 1,30% ao ano, mais a correção do CDI, vencimento em 30 de janeiro de 2023.